



(Foto da AP/ Anja Niedringhaus)

Militar norte-americano chega ao local onde um carro-bomba atacou um comboio da OTAN, em Cabul, Afeganistão, 16 Mai 13. Hizb-e-Islami, um grupo militante muçulmano, aceitou responsabilidade pelo ataque durante a madrugada que matou muitas pessoas na explosão e feriu várias outras.

# A Ética, o Combate e a Decisão do Militar de Matar

Capelão (Maj) Sean Wead, Exército dos EUA

**E**m uma solitária base de operações avançada no Iraque, um soldado de 18 anos, que cinco meses antes se preocupava com quem ele levaria ao baile de formatura da escola, escuta atenciosamente ao seu comandante como se sua vida dependesse disso. E depende. A missão desse soldado é entregar

suprimentos essenciais às Unidades espalhadas por toda a sua região. O comandante manda que ele não pare no caminho por motivo algum — mesmo que sejam crianças obstruindo a estrada. O inimigo usa crianças para bloquear o caminho, esperando que o sentido moral dos militares os faça parar seus veículos,



(Sgt Matthew Moeller, 5º Destacamento Móvel de Relações Públicas)

Militar da 10ª Divisão de Montanha dispara seu fuzil M4 durante um tiroteio com forças insurgentes em Barge Matal durante a Operação *Mountain Fire*, 12 Jul 09. A pequena aldeia montanhosa no leste do Afeganistão na Província de Nuristan foi sobrepujada por forças inimigas até que elementos combinados das Forças de Segurança Nacionais Afegãs e as Forças Internacionais de Assistência à Segurança forçaram o inimigo a fugir.

o que deixa os comboios vulneráveis a ataques. Caso se depare com crianças na estrada, o soldado recebeu a ordem de atropelá-las, se elas se recusarem a sair do caminho<sup>1</sup>.

Quatro *SEALs* (integrantes das Forças Especiais da Marinha dos EUA) são lançados em uma aldeia isolada no Afeganistão para identificar o paradeiro de um comandante do Talibã. A operação é exposta quando são descobertos por um menino pastor e seus companheiros. Os *SEALs* se angustiam ao terem de decidir se devem matar os pastores e continuar com a missão ou deixar que eles escapem. Caso os libertem, outros serão, sem dúvida, avisados sobre sua presença, levando ao provável fracasso da missão e às suas mortes<sup>2</sup>.

Quatro insurgentes, com os olhos vendados, ajoelham-se diante da fração de militares que os capturou. Esses mesmos insurgentes haviam sido capturados e entregues ao governo iraquiano duas vezes antes. Em ambas as ocasiões, foram soltos e voltaram ao

combate. Na noite anterior, esses mesmos insurgentes haviam ferido militares norte-americanos com um dispositivo explosivo improvisado detonado manualmente — os feridos eram integrantes da mesma fração que agora detinham os insurgentes sob a mira de armas. Depois de conferir com o comandante do batalhão, o sargento do pelotão — que havia jurado proteger a vida de seus soldados — movimenta-se lentamente, posicionando-se atrás dos insurgentes ajoelhados. Retira sua pistola *M9 Beretta* e dispara na cabeça de cada um dos prisioneiros.<sup>3</sup>

Esses tipos de dilema moralmente complexo da guerra podem ser considerados parte do que é comumente chamado “névoa da guerra”. Essa ideia, atribuída ao célebre estrategista Carl von Clausewitz, refere-se à incerteza e à ambiguidade que permeiam as operações militares<sup>4</sup>. O ex-Secretário de Defesa, Robert S. McNamara, explica: “O que a névoa da guerra significa é — a guerra é tão complexa que

está além da capacidade da mente humana compreender todas as suas variáveis. Nosso juízo, nosso entendimento, não é adequado e matamos pessoas desnecessariamente<sup>75</sup>.

## Uma Decisão Moral Complexa

No combate, os militares tomam decisões de vida e morte. A magnitude dessas decisões absolutas está quase além da compreensão; não existindo remédio que possa mudar o resultado de matar, seja justificável ou não. Quando frente a frente com a possibilidade de matar alguém, militares tentam, frequentemente, sintonizar seus valores morais e legais com sua missão, sua segurança e a segurança dos companheiros. Talvez lutem contra a decisão de matar e, depois, tenham dificuldades com a lembrança de seu ato muitos anos mais tarde.

Ao tomarem decisões sobre matar, os militares fazem escolhas morais. Quando têm tempo para considerar um problema moral e tomar uma decisão, seu processo mental geralmente integra uma base ética de conceitos pessoais de virtude que influenciam a intenção, as regras que orientam ações e as prováveis consequências resultantes da decisão. Ainda se todas essas coisas sejam entendidas teoricamente, a aplicação desses conceitos morais não é um costume do militar comum. Portanto, quando uma decisão precisa ser tomada e uma ação feita imediatamente, a consciência está desengajada moralmente. A gravidade da decisão é apenas considerada posteriormente.

Sob a densa névoa da guerra, os militares precisam mais do que esses enquadramentos frequentemente conflitantes que são classificados pelo valor dominante e apenas contemplados quando oferecido a oportunidade após o fato. Os militares precisam de uma maneira de entender e aplicar as orientações morais e internalizar os padrões morais quase como instintivo para todas as suas ações. Este artigo propõe que os princípios da teoria da guerra justa podem ajudar os militares a desenvolver uma visão moral clara sobre o momento em que tiverem de tomar a decisão de matar ou não.

Idealmente, militares tiram vidas com a crença de que farão do mundo um lugar melhor — ou pelo menos prevenir que piore. Acreditam que suas ações na guerra, embora desagradáveis, são necessárias. Eles se sentem moralmente responsáveis pela proteção e defesa de outros contra ataque malicioso e agressão ilegal. Claro, esse é um entendimento idealizado do dever do militar,

que é vinculado intrinsecamente à confiança e à fé no governo dos Estados Unidos da América (EUA).

As decisões da Nação precisam ser percebidas como justas e implementadas para proteger o povo norte-americano ou seus aliados, ao invés de serem motivadas por ganhos egoístas. Isso significa que, para manter a fé no governo, os militares precisam acreditar que a guerra em que combatem é justa. O padrão para determinar se a guerra é justa é conhecida como teoria da guerra justa, ou guerra justificada<sup>6</sup>.

A teoria da guerra justa consiste nos critérios que tratam da justiça de ir à guerra (*jus ad bellum*, ou direito à guerra), da justiça durante a guerra (*jus in bello*, ou direito na guerra) e da justiça após a guerra (*jus post bellum*). A teoria abrange a aplicação sistemática do raciocínio moral para a decisão de empreender o conflito armado contra outro Estado. Inclui a conduta durante e após a conclusão da guerra. A teoria da guerra justa defende que, às vezes, a guerra talvez seja justificada e preferível a uma paz imoral<sup>7</sup>. Contudo, se a guerra ocorrer, precisa ser orientada pela moralidade, e os aspectos mais perversos da guerra precisam ser diminuídos, limitados ou eliminados.

Tanto o *jus ad bellum* e o *jus post bellum* são de grande importância quando a liderança de uma nação considera a guerra. Suas implicações são estratégicas porque se aplicam ao Estado, provendo parâmetros das ações durante e após a guerra. Além disso, as implicações estratégicas das decisões tomadas pelas autoridades políticas e militares superiores têm efeitos táticos e operacionais imediatos nas forças militares que executam a guerra.

Os militares solicitados de dar as suas vidas ou de tomar vidas na defesa do seu país merecem uma justificativa muito bem pensada pelo seu sacrifício e labor. Apenas exigir que os militares façam seu dever com obediência cega é um abuso em uma força militar profissional. Os militares sofrerão dos efeitos posteriores de tais ações pelo resto de suas vidas. Eles merecem entender o significado e finalidade das suas ações para que possam controlar e dar um peso as consequências.

Da mesma forma, civis de uma democracia exigem a justificativa para prover tanto sangue quanto fundos a qualquer empreendimento. Sun Tzu, no manuscrito mais antigo sobre a guerra, alega em seu “Primeiro Fator Fundamental” que antes de ir à guerra, o Estado deve considerar que é a Lei Moral que faz com que o

povo esteja em harmonia com seu governante, seguindo-o onde for, sem temer o perigo, a vida ou a morte”<sup>8</sup>. Isso significa que para manter uma força combatente disposta a sacrificar a vida por um objetivo nacional, tanto os militares quanto a população civil precisam acreditar que a sua causa é justa. Os princípios da guerra justa, quando considerados, podem prover os elevados padrões morais.

Esses princípios fornecem razões morais, psicológicas, práticas e estratégicas para a condução da guerra contra inimigos cujos motivos e ações levariam a devastação inaceitável se não detidos por meios violentos. Para ajudar as forças a lidar com os dilemas morais com que se deparem na névoa da guerra, as Forças Armadas dotam seu pessoal com os princípios do *jus in bello* — a justiça na condução da guerra. A maioria dos militares conhece a forma aplicada como as regras de engajamento ou o direito dos conflitos armados que isso é a codificação da guerra justa por tratados e acordos internacionais como eles se aplicam a situações e campos de batalha diferentes.

Os militares precisam entender os princípios do *jus in bello* porque podem ajudar a clarificar o raciocínio moral. O *jus in bello* domina os outros paradigmas da justificativa moral para as ações na guerra e, quando entendido e aplicado, dissipa grande parte da névoa da guerra ao orientar quando é apropriado ou não tirar uma vida. O restante desta discussão se concentra na aplicação do *jus in bello* no nível tático.

## Jus in Bello

O *jus in bello*, na sua forma mais simples, pode ser dividido em dois conceitos: distinção e proporcionalidade. A distinção se relaciona com o discernimento entre não combatentes (militares amigos e civis que não estejam envolvidos ativamente no combate e, assim, não representem uma ameaça) e combatentes (todos os que estejam envolvidos ativamente no combate). Os civis não participantes no combate são, moralmente, imunes a ataques, embora alguns possam ser feridos ou mortos não intencionalmente, no que se refere como “danos colaterais”. Os prisioneiros são não combatentes e devem ser protegidos de ataque. A proporcionalidade se relaciona com militares usando apenas a quantidade de força necessária para cumprir a tarefa, mas nada mais. Esses dois conceitos são planejados para limitar a destruição na guerra.

Embora esses conceitos pareçam simples e diretos, sua aplicação pode ser muito mais complicada. O que realmente constitui um combatente? Às vezes, isso é facilmente determinado pelos uniformes usados pelos combatentes. No entanto, na guerra irregular, a identificação clara do inimigo, às vezes, talvez seja apenas determinada quando esse inimigo dispara uma arma. Além disso, como podemos determinar se alguém está participando no combate? Se civis fabricam armas e equipamento para o inimigo, tornam-se alvos legais? Esses tipos de questões difíceis demonstram a névoa da guerra.

Os militares enfrentam dificuldades internamente com um número de valores conflitantes na névoa da guerra, pesando a utilidade dos objetivos da missão e o custo da vitória contra as ações que acreditam ser moralmente certas. A subjugação das emoções como raiva, tristeza e vingança complica o processo decisório. Os códigos morais da Profissão das Armas, a lei da guerra e as regras de engajamento, embora úteis, muitas vezes são inadequados nas situações caóticas do combate. Se incluir a idade relativamente jovem do militar na guerra e o tempo limitado disponível para tomar uma decisão, a dificuldade das decisões morais no combate torna-se evidente.

Pelo menos *jus in bello*, por meio dos conceitos de distinção e proporcionalidade, fornece uma linha de base para a determinação das ações que seriam morais. Por exemplo, é evidente que um cidadão — até mesmo de um Estado inimigo — que não é participante imediato no combate, é um alvo ilegal. Da mesma forma, é evidente que a destruição de uma cidade inteira para matar uns poucos combatentes inimigos é moralmente errado. Há uma linha base, um ponto de referência, para ser usada na tomada de decisão.

O Exército dos EUA, como uma instituição, não é cego com respeito à dificuldade dessas situações, e não quer que a autoridade de comando seja substituída por legalidades. A Publicação de Referência Doutrinária do Exército 6-22, *Liderança do Exército* (ADRP 6-22, *Army Leadership*), incumbe aos comandantes, oficiais e outros líderes aplicarem o raciocínio ético às situações diferentes, usando os traços de personalidade e crenças desenvolvidos no indivíduo quando as regras de engajamento e a lei do conflito armado se mostrem insuficientes<sup>9</sup>. Portanto, há espaço para os juízos de valor. O Exército coloca sua fé completa no juízo moral dos seus

comandantes no campo de batalha<sup>10</sup>. No entanto, para entender as decisões morais no combate, precisa-se, também, entender a comunidade do combatente.

## A Sociedade do Combatente e a Liderança Moral

A sobrevivência pessoal no campo de batalha é um efeito de grupo. A ética individual e a aderência aos princípios do *jus in bello* são utilizadas dentro do contexto do grupo, dentro da sociedade dos combatentes. O militar pertence a círculos concêntricos de grupos, desde equipe, esquadra, pelotão e companhia, até batalhão, brigada, Divisão e até escalão mais alto. A dinâmica do grupo é essencial para a sobrevivência, e soldados lutam nos menores grupos da sociedade do combatente.

Nem todos são iguais dentro do grupo, alguns têm status devido ao posto, habilidade técnica ou personalidade forte. Não obstante, o medo de perder a reputação nesses grupos devido a um deslize moral, a uma falta de coragem, ou à ineptidão durante a luta pode ser um motivador mais forte do que evitar a perda de vida<sup>11</sup>. Esses pensamentos são compartilhados por Albert Bandura em sua teoria cognitiva social, onde declara:

As pessoas não operam como entidades morais autônomas impermeáveis às realidades sociais nas quais estão imergidas. A entidade moral é situada socialmente e empregada em formas particulares, dependendo das condições de vida, sob as quais as pessoas efetuam seus negócios<sup>12</sup>.

Infelizmente, as normas de um grupo podem levar um indivíduo a cometer infrações extremas dos padrões éticos derivados do *jus in bello*. O grupo e os líderes, também, podem enfatizar o comportamento imoral que leva ao desengajamento do sentido moral do militar<sup>13</sup>.

Se a liderança da Unidade começa a deixar de considerar mesmo as pequenas infrações da disciplina, especialmente aquelas relacionadas com a dignidade humana, os militares podem facilmente perder suas crenças morais centrais. Também, o tipo de comportamento que deve proceder das crenças morais pode ser perdido. Esse processo pode mudar rapidamente o ambiente moral até mesmo das melhores Unidades, fazendo com que sejam suscetíveis ao desengajamento e aos resultantes crimes de guerra.

Justin Watt, que serviu no pelotão Black Hearts, Companhia B, 1º Batalhão, 502º Regimento de Infantaria, 2ª Brigada de Combate, 101ª Divisão Aeroterrestre, descreve como seus chefes, após nove meses em uma das áreas mais hostis do Iraque, pararam de se importar com a disciplina com respeito das pequenas coisas:

Eles pararam de corrigir os soldados quando usavam os termos pejorativos [como “cabeça de trapos”] ao referir-se aos iraquianos por causa dos seus turbantes. Essa era a atitude geral. Simplesmente não se importavam mais. Isso transmitiu um sinal imediato aos soldados que certas atitudes e até ações agora eram permissíveis. A partir desse ponto, tudo piorou rapidamente<sup>14</sup>.

Alguns integrantes do pelotão de Watt cometeriam algumas das piores atrocidades da Guerra do Iraque, envolvendo estupro e assassinato. Da mesma forma, um militar que participou no infame massacre de My Lai durante a Guerra do Vietnã descreve as suas ações depois da liderança ter abandonado toda a orientação moral:

Não foi necessário buscar pessoas para matar, simplesmente estavam lá. Cortei as suas gargantas, decepei as mãos, cortei fora as suas línguas e os escalpei. Eu fiz isso. Muitas pessoas fizeram isso, e eu apenas segui seu exemplo. Eu simplesmente perdi todo o senso de direção<sup>15</sup>.

As índoles básicas e cruéis escondidas nas profundidades da alma humana podem vir à tona durante o estresse do combate, surpreendendo aqueles que acreditam que tais naturezas não existem por si próprias. Alguns atos de crueldade procedem naturalmente das falhas do caráter, enquanto outros são um efeito colateral da brutalidade mecanizada do Estado que é intrínseca à guerra. Sem uma autoridade externa para enfatizar e manter os padrões, até aqueles que entram no combate com um sentido de princípios morais podem perder o seu caminho.

Os comandantes, aprovados oficialmente ou escolhidos pelo consenso do grupo, são essenciais para a conduta moral da Unidade. A liderança moral daqueles em comando, exemplificada pelos princípios morais estabelecidos no *jus in bello*, pode acalmar aqueles ao redor deles que estão afligidos pelos horrores da guerra.

Contudo, isso não significa que militares tenham imunidade especial contra a perpetração de atrocidades nas Unidades com liderança virtuosa. Até com o apoio de códigos morais e a boa liderança, militares precisam enfrentar a discordância dentro deles e dominá-la. Às vezes, alguns escolhem valorizar as prioridades, como a vitória ou a sobrevivência, acima das outras convicções sobre o que está certo. Outros simplesmente não vivem à altura do seu sentido de honra, quando confrontados pelas condições extremas do combate e quando superados por fortes emoções. Esses militares se desengajam do seu sistema de crenças morais em favor de outras prioridades que valorizam mais no momento.

## A Vitória Acima da Honra

Os interesses práticos na vitória conduzem alguns militares a deixarem de lado as suas consciências e as regras da guerra. Nas manobras ofensivas, a velocidade e a superioridade do poder de fogo podem significar

a diferença entre a vitória e a derrota, e a gestão de prisioneiros pode atrapalhar a efetividade da Unidade. O envio de militares para assegurar as transferências de prisioneiros à retaguarda deixa as Unidades de combate mais fracas e vulneráveis a contra-ataque. O redirecionamento de combatentes essenciais para a proteção dos prisioneiros que acabaram de matar ou mutilar integrantes da Unidade é um risco que alguns não estão dispostos a aceitar. Afinal das contas, se fossem derrotados, não teriam a garantia de que as suas vidas seriam poupadas pelo inimigo a quem se renderam<sup>16</sup>.

Às vezes, o cálculo estratégico da vitória sobrepuja a honra ou outras preocupações, até a condição da alma. Se militares acreditam que a sua única escolha é entre a vitória ou a morte, para alguns nada é sagrado ou fora de cogitação para conseguir a vitória. O motivo se torna completamente útil, onde a vitória pode suplantar todas os erros. As leis da guerra, junto com os valores de uma nação ou de uma fé religiosa, são deixados de lado



(Foto cortesia do Exército dos EUA)

O Cb Jeremy Morlock faz pose com a sua arma enquanto sentado ao lado do Sgt David Bram. Morlock admitiu a sua culpa por três alegações de assassinato premeditado depois da morte de três civis afegãos entre janeiro e maio de 2010 no distrito de Maiwand, na Província de Kandahar, Afeganistão. Bram foi considerado culpado de sete crimes, incluindo solicitação para cometer assassinato, por suas ações relacionadas a esses assassinatos.

pela vitória. Tal visão é moralmente repugnante para os seguidores das religiões cristãs, como ilustrado no Evangelho Segundo Mateus: “Pois que aproveita ao homem ganhar o mundo inteiro, se perder a sua alma?”<sup>17</sup> Uma visão mais mundana, contudo, aprecia a vitória muito mais, como podemos ver da história de Henrique V da Inglaterra.

As ações de Henrique na batalha de Agincourt, em 1415, mostram um caso da escolha da vitória acima da honra. Acossado por uma força superior de cavaleiros franceses em terreno francês, Henrique quebrou o código cavaleiresco medieval para conseguir a vitória. Depois de sobreviver duas ondas de atacantes franceses, Henrique esperava um terceiro assalto que derrotaria as suas defesas. Com medo de um levante da multidão de prisioneiros que tinha capturado durante as primeiras duas ondas, ele mandou que seus cavaleiros matassem os prisioneiros.

Depois da recusa dos cavaleiros nobres, Henrique apelou aos arqueiros, que ficavam fora do sistema cavaleiresco. Mais de 200 dos seus arqueiros começaram a matar os prisioneiros. Logo que o rei percebeu que o ataque francês não iria se materializar, rescindiu sua ordem.

A moralidade foi colocada de lado para a meta prática da vitória. Henrique, um rei nominalmente cristão, sabia que tais ações eram consideradas assassinato, mas foram calculadas para obter a vitória. Sua vitória foi glorificada e romantizada por Shakespeare, e o deslize moral de Henrique se desvaneceu gradualmente<sup>18</sup>. Sem dúvida, as ações de Henrique endureceu a resistência francesa contra as reivindicações inglesas e prolongaram uma das guerras mais longas da história mundial, a Guerra dos Cem Anos.

Para o Exército dos EUA, ser vitorioso fora da sua própria identidade ética e moral seria o equivalente de ser derrotado interiormente<sup>19</sup>. A abordagem do Exército para a vitória é baseada na moralidade esperada dos seus soldados, que representam o povo norte-americano. Se a busca da vitória na guerra pode motivar alguém a deixar de lado os parâmetros morais, a sobrevivência pessoal pode ser até mais poderosa. O instinto humano básico pela sobrevivência é universal.

## Sobrevivência Acima da Honra

O combate é um ambiente turbulento física e emocionalmente, em que se oscila de forma imprevisível entre extremos emocionais oscilam. A realidade da morte

e da violência leva a condição humana aos seus limites e, nessa atmosfera, a sobrevivência física pode dominar, relegando todos os outros interesses a uma posição secundária. As noções da vitória, honra e obediência à lei recuam enquanto os instintos básicos de matar ou ser morto emergem.

Um estudo mostra que a maioria das pessoas favorece o autointeresse acima do raciocínio baseado em princípios<sup>20</sup>. Isso apoia a famosa teoria psicológica da hierarquia de necessidades do Abraham Maslow, onde uma deficiência na segurança física faz que a necessidade de sobrevivência seja o ímpeto principal<sup>21</sup>. Alguns militares farão qualquer coisa que seja necessário para sobreviver, mesmo se isso significa uma infração da sua própria consciência. Além do mais, os seres humanos talvez acreditem que contanto que estejam vivos, podem buscar o perdão. Quando alguém morre, tudo acabou. A Escritura Sagrada transmite a ideia de que onde há vida, há esperança: “Até um cachorro vivo é melhor do que um leão morto!”<sup>22</sup> Os instintos básicos da sobrevivência e da vitória são expressões materiais da existência humana e sua visão tende a ser limitada ao “aqui e agora” e a excluir a existência transcendental após a morte. Esses ímpetos, contudo, podem ser suprimidos por emoções poderosas que apelam a uma resposta até mais primitiva.

## Vingança Acima da Honra

As emoções como a vingança podem desencadear uma raiva dominante nos combatentes que veem a vida arrancada diante dos seus próprios olhos. A moralidade e os conceitos das regras da guerra fogem à lembrança — desengajados — e os militares tornam-se relutantes testemunhas às atrocidades. Uma vez que a paixão pela vingança, dissipa e, a consciência se esforçará para voltar e começará uma batalha separada pela paz dentro do indivíduo. Muitas vezes, as emoções vingativas dominantes se concentram no inimigo, mas em psicoses posteriores, talvez pressionem o indivíduo a atacar inocentes.

No seu livro *Achilles in Vietnam* (“Aquiles no Vietnã”, em tradução livre), Jonathan Shay opina que a vingança na guerra é frequentemente vinculada com a profunda necessidade psicológica e cultural de ressuscitar amigos caídos. Shay cita um veterano que lembra assassinatos vingativos: “Cada [palavrão] que morreu, eu digo '\_\_\_\_, este foi para você, irmão. Eliminarei esse filha



(Cb Ryan Hallock/28º Destacamento de Relações Públicas)

Militar identificado como Sgt Robert Bales apareceu nesta foto e em um artigo do *High Desert Warrior*, um site militar, em 2011. Bales foi condenado para prisão perpétua sem liberdade condicional em 23 Ago 13, depois de admitir a sua culpa por matar 16 aldeões afegãos em 11 Mar 12.

da [palavrão] e vou arrancar seu [palavrão] coração para você<sup>23</sup>. O militar falou ao seu companheiro como se estivesse vivo e presente. Isso mostra não apenas que os mortos são trazidos de volta à vida por meio desse ato sacrificial de carnificina, mas, também, sentimentos de impotência e medo estão banidos. Manter a fé com os espíritos dos amigos que assombram o campo de batalha, na mente do sobrevivente, dá um sentido de justiça na insanidade da guerra, mesmo que esta seja vingativa.

Os norte-americanos não devem iludir-se acreditando que seus militares têm qualquer imunidade especial contra as pressões morais e as tentações da guerra. Como qualquer um, os militares podem sofrer de deslizamentos no caráter quando provados pelas condições extremas do combate. Até soldados da chamada “Grande Geração” cometeram crimes de guerra. Durante a libertação de Saint-Lô na França, após os horrores de lutar nos sebes, as Forças dos EUA se espalharam em grupos de soldados, colhendo tropas

alemãs rendidas, fuzilando-as sumariamente conforme se entregavam. Vários capelães testemunharam essas ações brutais e ficaram horrorizados. Um dos militares norte-americanos passou a mão pelos bolsos da sua vítima alemã e descobriu uma fotografia da esposa e bebe do soldado. Sentindo culpa, buscou o capelão e tentou justificar sua ação com o raciocínio “era ou ele ou eu”. O capelão salientou, com raiva, que isso não era verdade, já que o alemão não portava uma arma e que tinha as mãos elevadas para render-se quando foi assassinado pelo soldado<sup>24</sup>.

Muitos militares morrem espiritualmente no combate porque se sentem forçados a trair o que acreditam estar certo. Isso os persegue pelo resto da vida. É necessário apenas olhar através das fileiras de veteranos norte-americanos para encontrar altas taxas de suicídio<sup>25</sup>. Além disso, o índice de abuso de drogas é mais alto entre veteranos que no resto da população<sup>26</sup>. Além disso, a falta de moradia e o alcoolismo são desenfreados entre os veteranos de combate<sup>27</sup>. A alma pode morrer antes do corpo; mas o colapso físico leva mais tempo. Tais soldados tornam-se mortos-vivos, cuja alegria da vida foi desvanecendo no dia da batalha e voltam para casa como sombras de si mesmos, com danos na consciência. Portanto, para evitar essa tragédia, é imprescindível que cada comandante forme um ambiente de comando ético, como descrito na ADRP 6-22<sup>28</sup>. Esse ambiente precisa ser construído acima da fundação do *jus in bello*, como descrito no Manual de Campanha 27-10, *A Lei da Guerra Terrestre* (FM 27-10, *The Law of Land Warfare*)<sup>29</sup>.

## A Profanação Humana e Danos Morais

A guerra, pela natureza, causa a morte e o sofrimento de inocentes. As nações em guerra cometem erros, e o custo deles é pago em vidas. Às vezes, as ordens estabelecidas para proteger o todo ocasionam as mortes não intencionadas de civis, uma circunstância referida, de modo eufêmico, como danos colaterais. No entanto, essas mortes podem ser perdoadas pela lei de conflito armado como um caso de duplo efeito, significando que as mortes como um risco medido não foram intencionais, tampouco um instrumento de ganho no conflito.

Contudo, causar a morte de qualquer tipo ainda cria angústia no coração humano. O peso dessa angústia esmaga o ser humano e enlouquece a mente. De fato,

segundo Roy L. Swank e Walter E. Marchand, o ser humano típico pode sobreviver apenas 60 dias de combate duro contínuo antes de sucumbir mentalmente<sup>30</sup>. A testemunha ou a perpetração de um assassinato injusto é uma experiência particularmente traumática.

Em um artigo, de 2008, o Cabo Earl Coffey descreve uma profanação que causava muito angústia durante a Guerra do Iraque ao correspondente Billy Cox<sup>31</sup>. No incidente, de 2003, um veículo particular não conseguiu parar, e isso foi interpretado como uma ameaça:

Eu vi um *Abrams* [carro de combate] disparar um tiro *super sabot* em uma camionete, e a mulher que saiu nos implorou para matá-la enquanto ela via seu marido e seus filhos queimarem até a morte [...] em inglês perfeito, ela dizia, “Por quê? Por que está fazendo isso? Somos cristãos!”<sup>32</sup>

Segundo Shay, a arruinação da alma causada pelo desfeito do caráter moral em face do combate contínuo e das experiências traumáticas são chamadas danos morais, e são associadas com o transtorno de estresse pós-traumático (TEPT)<sup>33</sup>. Durante a Guerra Civil dos EUA, foi chamado o “coração do soldado”. Na Primeira Guerra Mundial, foi chamado de “trauma de guerra”. Na Segunda Guerra Mundial, foi chamado de “fadiga de combate”. No Vietnã, seria chamado de “reação de estresse de combate”.

O transtorno de estresse se concentra no trauma de um evento enquanto o dano moral enfoca a tristeza, o arrependimento, a traição, a vergonha e outros aspectos espirituais do combate. O estresse de combate operacional afeta todos os soldados que participam da guerra, e a maioria dos sintomas diminui ao longo do tempo. No entanto, o combate prolongado — ou experiências particularmente traumáticas — pode deixar militares afetados por toda a vida.

Um estudo pelo Institute of Medicine of the National Academies relata que a maioria dos soldados que voltam do Iraque e do Afeganistão tem tido poucos problemas de se reajustar. O estudo constata que 44% relatam algumas dificuldades, que talvez incluía depressão e uso de álcool. Desse grupo, outros 3 a 20% serão afetados com o que é agora referida como “transtorno de estresse”<sup>34</sup>.

Segundo Dr. Bridget Cantrell, um especialista em transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), soldados sem uma base moral parecem ter mais dificuldade

em resistir a esta enfermidade. Cantrell e Chuck Dean descrevem como um militar que lutou na América Central e na Granada, depois de matar uma quantidade de pessoas, perdeu muito da sua capacidade de lidar com dificuldades quando chegou à conclusão que as suas ações tinham traído a sua criação cristã, que o tinha ensinado a respeitar a vida<sup>35</sup>. Seu desengajamento moral e sua percepção depois de uma perda de identidade moral talvez pudessem ser evitados, se a instrução de combate e o seu comando tivessem enfatizado os princípios de *jus in bello*.

Houvesse tido uma doutrina para reforçar suas crenças e ajudá-lo a chegar a uma conclusão moral sobre o que ele acreditava ser o seu papel e as suas ações como um militar. Albert Bandura definiu esse processo como um arcabouço sociológico, onde indivíduos adotam os padrões de comportamento que fornecem dissuasores para a má conduta por meio de autorrespeito e exigências próprias de comportamento ético<sup>36</sup>.

Os militares não devem contemplar o seu papel e as suas implicações apenas após um evento. Se os comandantes podem ajudar os soldados a pensarem sobre os seus valores de antemão, o choque de combate será um pouco inoculado contra muitos desses estressores imprevisíveis porque os militares terão uma maior noção do seu ser moral.

## O Colapso do Caráter e a Insanidade

Shay descreve um tipo de reação séria ao estresse de combate como o “estado *berserker*”<sup>37</sup>. Segundo Shay, a palavra se origina dos guerreiros nórdicos antigos que lutavam em estado louco e descontrolado durante o combate. O *berserker* acredita ser tanto abaixo da humanidade como um animal e acima dela como um deus<sup>38</sup>.

Shay relata como um soldado do Vietnã não pode lembrar de uma única pessoa com quem ele serviu durante dois anos em estado de *berserker*. Quando esta condição avança para uma força total e absoluta, soldados são conhecidos por terem matado amigo e inimigo da mesma forma<sup>39</sup>.

Segundo ao seu advogado, o Sgt Robert Bales, declarado culpado pela morte de 16 afegãos civis na Província de Kandahar em março de 2012, alega uma desvinculação semelhante com a realidade. Bales retém quase nenhuma recordação da atrocidade e alega sintomas coerentes com o transtorno de estresse

pós-traumático antes de cometer as atrocidades<sup>40</sup>. Ele estava no seu quarto desdobramento e tinha tomado Valium, esteroides e álcool antes do incidente<sup>41</sup>.

Pode-se supor que relativamente poucas pessoas cometem atrocidades na guerra, considerando a quantidade que tem servido nas diversas forças armadas por todo o mundo. Também, pode-se supor que poucos experimentam tal desvinculação horrorosa com a realidade que induz à insanidade. No entanto, ninguém que tinha visto a guerra passa sem ser afetado.

Ao considerar o que é valorizado acima da honra e dos efeitos discutidos, apenas uma linha de ação é prudente para o militar seguir. Essa linha de ação é uma abordagem idealista que valoriza o que é acreditado a ser certo ou bom acima das urgências egoístas que, ironicamente, levam a uma perda de identidade. Isso é o protótipo icônico da virtude representada nos filmes como o herói. É o ideal favorecido pela nossa sociedade. Portanto, como as Forças Armadas podem preparar os militares para a sobrevivência moral na névoa da guerra? Como é que as Forças Armadas fazem com que eles sejam heróis? A resposta é fundamental para essa mesma profissão — ela é encontrada no *jus in bello*<sup>42</sup>.

## A Sobrevivência por meio da Honra

Para o indivíduo, a ideia duradoura de que um forte arcabouço ético é um recurso durante o combate ainda é verdade. O *jus in bello* é, e sempre foi, um reforço da fundação moral que a maioria dos militares trazem com eles às Forças Armadas. O militar moralmente formado e disciplinado é essencial para uma força combatente efetiva. Esses atributos são descritos coletivamente como caráter e são recomendados na Publicação Doutrinária do Exército 6-22, *A Liderança do Exército* (ADP 6-22, *Army Leadership*)<sup>43</sup>.

Na Primeira Guerra Mundial, determinada por muitos como a primeira guerra moderna, o militar e a sua moralidade foram considerados um componente da resistência no combate. Foi aceito que a chave para a sobrevivência para o militar britânico nas trincheiras era uma moralidade nascida da fé cristã, que era e é a religião do Estado do Reino Unido. Nas Universidades de Oxford e Cambridge, estudantes e o corpo docente foram obrigados a comprometer-se aos Artigos de Religião da Igreja da Inglaterra<sup>44</sup>. Os produtos dessas instituições tornaram-se o corpo de oficiais das forças britânicas. Esses oficiais inculcavam as virtudes como



(Cap Arnaldo Zelayacastro, Relações Públicas da 173ª Brigada de Combate)

O Capelão Mike Swartz, 1º batalhão, 503º Regimento de Infantaria Paraquedista, 173ª Brigada de Combate Aeroterrestre, realiza um serviço de comunhão em 20 Feb 10 em um posto avançado com visão do vale Tangi, no Afeganistão. Soldados nos postos avançados isolados perderiam a oportunidade de tomarem parte de serviços religiosos sem a ajuda fornecida pelos capelães.

moderação, lealdade e candor nos seus soldados. A maioria dos oficiais britânicos acreditava que esse modelo de virtudes cristãs era resistente durante os estresses do combate, proporcionando uma melhor chance de sobrevivência<sup>45</sup>. Mais uma vez, era a sociedade do grupo que enfatizava o código moral de conduta. Exemplos semelhantes aparecem por toda a história. Um forte arcabouço ético, também, orientava os militares individuais durante a Segunda Guerra Mundial.

Durante a invasão da Normandia, militares alemães e norte-americanos, às vezes, se encontraram lado a lado, tendo os seus ferimentos tratados por forças oponentes nos postos de socorro por toda a área de operações. Donald Crosby descreve como um capelão norte-americano, Francis Sampson, viu um soldado alemão gravemente ferido rastejar até um norte-americano ferido que tinha escorregado da padiola e caído no chão duro<sup>46</sup>. O soldado alemão,

obviamente com muita dor, reposicionou com cuidado o norte-americano gravemente ferido em uma posição mais confortável. Isso foi o último ato de carinho do soldado alemão. Ele morreu mais tarde naquela noite<sup>47</sup>.

Em outro lugar no campo de batalha, dois enfermeiros paraquedistas, Cb Robert E. Wright e Cb Kenneth J. Moore, do 2º Batalhão, 501º Regimento de Infantaria Aeroterrestre, da 101ª Divisão Aeroterrestre, estabeleceram um posto de socorro na pequena igreja na aldeia de Angoville ao Plain na Normandia, na França. Era Dia-D, 6 de junho de 1944<sup>48</sup>.

Suas ordens eram tratar apenas os soldados norte-americanos. Não podiam aceitar prisioneiros alemães vivos durante as primeiras 48 horas. Devido à sua fé cristã, eles ignoraram essa ordem. O controle do terreno do seu posto de socorro mudou de dono várias vezes enquanto o combate se arrastou ao redor deles. Ficaram inundados com mais de 80 militares feridos



(Sgt Terysa King, Relações Públicas do Exército do Comando da África)

O Capelão (Ten Cel) Jason Duckworth, diretor de supervisão clínica do Family Life Chaplain Training Center no Forte Hood, no Texas, trabalha com um exercício prático com um assistente de capelão da Força de Defesa de Malawi, 4 Mar 14.

alemães e norte-americanos que estavam sangrando nos bancos e até no altar da pequena igreja de pedra.

Esse posto de socorro foi defendido apenas por uma bandeira da Cruz Vermelha quando a porta de madeira da igreja abriu com força. Um oficial alemão se postou preparado com uma metralhadora segurada apertadamente, cheio de ira nos olhos. Quando viu que militares alemães estavam sendo tratados pelos enfermeiros, as feições dele tornaram-se rapidamente serenas conforme a raiva amainou. Ele agradeceu os enfermeiros norte-americanos pelo tratamento dos seus soldados e prometeu enviar um cirurgião para ajudar com os feridos<sup>49</sup>.

Esses exemplos mostram como militares, até no meio da confusão do combate, podem ficar centrados na sua moralidade e na sua crença espiritual, fortalecidos pelos princípios do *jus in bello*. Embora a guerra

possa tomar vidas e destruir as estruturas da civilização, não é necessário que se destrua a identidade do militar na forma de tratamento de outros seres humanos e de adesão às crenças sagradas. Até a tomada de vidas pode ser feita com intenção equilibrada em relação à gravidade da ação. O *jus in bello* orienta o militar para reconhecer a humanidade do inimigo, assim prevenindo a desumanização que pode levar à atrocidade e até à genocídio.

## A Vitória por meio da Honra

No combate, o provérbio “a morte antes da desonra” exprime a virtude, custe o que custar. Contudo, tal sacrifício não é sempre necessário. De fato, frequentemente, a honra e outras virtudes podem ajudar na vitória. Há ocasiões quando o comportamento moral e a adesão ao *jus in bello* podem apoiar o triunfo, não

apenas para o indivíduo, mas também para a Força. A ação moral não é apenas a decisão certa, mas também é a coisa mais efetiva.

Segundo Dave Grossman, durante a Primeira Guerra Mundial, militares norte-americanos tinham uma reputação tão elevada sobre a sua conduta que durante a Segunda Guerra Mundial, muitos alemães avisavam os seus parentes mais jovens entrando no serviço, de “Ser corajoso, alistar-se a infantaria e render-se ao primeiro norte-americano que vir”<sup>50</sup>.

A reputação norte-americana de bom tratamento sobrevivera de uma geração até a próxima<sup>51</sup>. Quando a Alemanha se aproximou da derrota na Segunda Guerra Mundial, as Unidades lutando contra o Exército Soviético se moviam para fora do setor para renderem-se às tropas norte-americanas. O derramamento de sangue foi evitado porque eles esperavam, e tipicamente, eram concedidos, bom tratamento.

Segundo Andrew Roberts, atitudes eram bem diferentes na frente russo-alemã<sup>52</sup>. Os dois lados foram arrastados para dentro de ciclos de atrocidades contra militares e civis. Antes do final da guerra, militares alemães e soviéticos lutavam até o último homem, raramente tomando prisioneiros. Os militares soviéticos foram avisados de que não seriam responsáveis pelos crimes civis cometidos na terra alemã e que os bens e as mulheres eram seus por direito e eram considerados pilhagens da guerra. Mais de dois milhões de mulheres e meninas alemães foram estupradas<sup>53</sup>. Essa política vingativa era a reação às atrocidades nazistas cometidas na União Soviética durante a invasão e ocupação por tropas alemães<sup>54</sup>.

A boa conduta moral e uma reputação pela justiça têm resultados benéficos no campo de batalha tradicional, mas também têm resultados positivos na contrainsurgência. Por exemplo, a moralidade exerceu um papel estratégico na guerra de guerrilha no Vietnã, como fez nas guerras no Iraque e no Afeganistão.

Embora insurgentes frequentemente usem táticas terroristas, as forças contrainsurgentes são limitadas em suas ações. Em seu livro clássico *Counterinsurgency Warfare: Theory and Practice* (No Brasil é intitulado “Teoria e Prática Contra Rebelião”), David Galula explica que insurgentes são julgados por suas ações, e são vinculados com a sua responsabilidade bem como ao que têm feito<sup>55</sup>. Se mentirem ou enganarem, perderão os seus ganhos, e serão desacreditados para sempre. O

prêmio desse tipo de guerra é os corações e as mentes do povo. É o centro de gravidade do combate.

No Iraque, segundo o Gen Bda (da Reserva remunerada) Najim Abed Al-Jabour, muito do sucesso operacional dos EUA foi um subproduto da brutalidade da Al Qaeda contra o povo iraquiano<sup>56</sup>. A Al Qaeda no Iraque e outros grupos insurgentes usavam sequestros, assassinatos e intimidação para ganhar apoio. Essa abordagem teve o efeito oposto, virando os civis contra eles e a sua causa<sup>57</sup>.

Em contrapartida, em sua maioria, os soldados norte-americanos provaram ser parceiros do povo iraquiano e os políticos locais, alguns dos quais tinham sido insurgentes, tornaram-se aliados. Isso significava a extensão da confiança, que na guerra pode levar a ser exposto ao inimigo. Por sua vez, muitos iraquianos também fizeram concessões às tropas da coalizão. O início dessa reviravolta foi conhecido como o “Despertar de Anbar”, sendo ampliado em um programa que abrangia o país inteiro. Antigos insurgentes iraquianos mudaram de lado para trabalhar para o Iraque e guarneceram centros de controle que forneciam segurança contra combatentes estrangeiros.

Não obstante, tal postura é tênue. Se desfizesse, as Forças Armadas poderiam ter perdido rapidamente esses ganhos. Os militares e outras entidades de apoio precisam aderir ao *jus in bello* e agir com disciplina e comedimento moral, ou arriscarão estender a guerra indefinidamente.

## Conclusão

Os efeitos das decisões éticas tomadas no combate são de longo alcance e se refletem mais tarde durante a vida, sendo que talvez se tornem a força mais significativa na vida do soldado e nas vidas de outros no campo de batalha. As decisões éticas podem causar uma guerra dentro do espírito do guerreiro mesmo enquanto a batalha se trava ao redor dele. As fortes emoções martelam o combatente, combinadas com estresse extremo e profanações indescritíveis, para empurrar os militares até seus limites espirituais e psicológicos. É imperativo que o Exército prepare os militares para que possam tomar decisões morais difíceis durante o combate e uma forma de prepará-los é por meio do estudo da aplicação do *jus in bello*, que é explicada na lei de combate terrestre.

Além disso, um forte fundamento em uma fé, uma base moral e um caráter desenvolvido parecem fixar

o indivíduo à paz de espírito apesar da turbulência do campo de batalha<sup>58</sup>. O *jus in bello* pode ser uma ferramenta essencial na sintetização dessas características e na lembrança dos militares da moralidade em si. A teoria cognitiva social de Albert Bandura se refere a um processo semelhante, em que indivíduos adotam padrões de conduta ética que dissuadem o comportamento imoral<sup>59</sup>.

Infelizmente, os militares geralmente entendem as regras, mas, às vezes, não aderem a elas. Muitas vezes, preferem a vitória ou a sua própria sobrevivência, ou são superados pelas emoções como vingança ou tristeza. Alguma coisa em sua mente desliga a sua consciência. Bandura descreve o desengajamento do sistema autorregulador moral como uma manobra psicológica planejada para contornar a consciência. Segundo Bandura, quando a consciência funciona devidamente,

as pessoas engajam seus padrões pessoais ao usar autocontrole, autorreflexão e medidas proativas<sup>60</sup>. Essas medidas podem evitar um pouco do comportamento catastrófico descrito neste artigo<sup>61</sup>. A valorização da própria vida, do sucesso e de qualquer outra coisa acima das próprias crenças do que é certo desengaja a consciência.

Militares precisam engajar em pensamento ético bem antes de enfrentarem dilemas éticos sob a névoa da guerra. O *jus in bello* fornece o assunto e os parâmetros de discussão. Se o Exército for capaz de induzir os militares a ponderar e entender os conceitos da guerra justa — especialmente a justiça durante a guerra —, ele poderá preparar a mente para o combate. Com a mente preparada, o corpo e a alma seguirão. Os militares serão capazes de resistir à devastação que a guerra pode impor a eles mesmos e a outras pessoas. ■

*O Capelão (Maj) Sean Wead, do Exército dos EUA, é professor assistente da Ética no U.S. Army Command and General Staff College. É mestre em Divindade e Teologia e doutorado em Ministério com ênfase na Ética pelo Virginia Theological Seminary. Previamente foi oficial de infantaria e polícia civil que serviu em posições de combate no Iraque e no Afeganistão.*

## Referências

1. O Sgt Alan Vivyan, da Reserva, (57ª Companhia de Transporte, 548º Batalhão de Apoio de Corpo de Exército, do Exército dos EUA), durante uma discussão com o autor, outubro de 2006, Forte Drum, Nova York.
2. Marcus Luttrell e Patrick Robinson, *Lone Survivor: The Eyewitness Account of Operation Redwing and the Lost Heroes of SEAL Team 10* (New York: Little, Brown and Company, 2007).
3. Nome omitido por acordo mútuo (militar do Exército dos EUA) durante uma discussão com o autor, dezembro de 2007, na Base de Operações Avançada Warrior, em Kirkuk, no Iraque.
4. Carl Von Clausewitz, *On War*, Anatole Rapoport editor., J.J. Graham tradutor. (Middlesex, UK: Penguin Books, 1968), p. 140.
5. Robert S. McNamara, citado em Robert S. McNamara et al., *The Fog of War: Eleven Lessons from the Life of Robert S. McNamara*, filme documentário dirigido por Errol Morris, Sony Pictures Classics, 2003.
6. John Howard Yoder, *When War is Unjust* (Eugene, OR: Wipf & Stock Publishers, 2001), p. 15.
7. Michael Walzer, *Arguing About War* (New Haven, CT: Yale University Press, 2004), p. 10-11.
8. Sun Tzu, *The Art of War*, tradutor Samuel B. Griffith (New York, NY: Oxford University Press, 1963), p. 63 [Tradução em português de André da Silva Bueno, Sun Tzu, *A Arte da Guerra*, Os Treze Capítulos Originais, 2010, p. 27].
9. ADRP 6-22, *Army Leadership* (Washington, DC: U.S. Government Printing Office [GPO], August 2012), p. 3-38.
10. Martin L. Cook, *The Moral Warrior* (Albany, NY: New York Press, 2004), p. 32.
11. John Keegan, *The Face of Battle* (New York: Penguin Books, 1983), p. 72.
12. Albert Bandura, "Moral Disengagement in the Perpetration of Inhumanities", *Personality and Social Psychology Review, Special Issue on Evil and Violence* 3 (1999): p. 208.
13. Irving Lester Janis, *Victims of Groupthink: A Psychological Study of Foreign-Policy Decisions and Fiascoes* (Boston: Houghton Mifflin, 1972).
14. Justin Watt, "The Heart of Black Hearts: A Whistle Blower's Story", discurso no Fort Leavenworth Ethics Symposium, U.S. Army Command and General Staff College, Forte Leavenworth, Kansas, 4 dez. 2012.
15. David L. Anderson, *Facing My Lai, Moving Beyond the Massacre* (Lawrence, KS: University Press of Kansas, 1998).
16. Keegan, p. 196.
17. Matthew 16:26 (New International Version), [Mateu 16:26 Tradução em português de Almeida Revista e Corrigida 2009 (ARC)].
18. Keegan, p. 108-112.

19. ADRP 1, *The Army Profession* (Washington, DC: U.S. GPO, June 2013), p. 4-1.
20. William E. Sobesky, "The Effects of Situational Factors on Moral Judgment", *Child Development*, 54, (1983): p. 575-584.
21. A.H. Maslow, "A Theory of Human Motivation", *Psychological Review* (1943): p. 50, 370-376, <http://psychclassics.yorku.ca/Maslow/motivation.htm> (acesso em: 15 dez. 2014).
22. Ecclesiastics 9:4, [Eclesiastes 9:4, Tradução em português da Bíblia King James Atualizada].
23. Jonathan Shay, *Achilles in Vietnam: Combat Trauma and the Undoing of Character* (New York: Scribner, 1997), p. 90.
24. Donald Crosby, *Battlefield Chaplains* (Lawrence, KS: University Press of Kansas 1994), p. 135.
25. U.S. Department of Veterans Affairs Mental Health Services Suicide Prevention Program, *Suicide Data Report*, 2012, por Janet Kemp e Robert Bossarte, um relatório do U.S. Department of Veterans Affairs, Washington, DC, 2013, p. 15-16, <http://www.va.gov/opa/docs/suicide-data-report-2012-final.pdf> (acesso em: 15 dez. 2014).
26. Elizabeth Oliva et al, "Trends in Opioid Agonist Therapy in the Veterans Health Administration: Is Supply Keeping Up with Demand?" *American Journal of Drug and Alcohol Use*, 39 (2013): p. 103-107.
27. U.S. Department of Veterans Affairs website, Homeless Veteran Treatment Programs, <http://www.nynj.va.gov/homeless.asp> (acesso em: 15 dez. 2014).
28. ADRP 6-22.
29. FM 27-10, *The Law of Land Warfare* (Washington, DC: U.S. GPO, July 1956).
30. Roy L. Swank e Walter E. Marchand, "Combat Neuroses", *American Journal of Sociology* (1946): p. 51, 465-478.
31. Billy Cox, "The Spoils of Iraq War: How a Sarasota Soldier Got Rich and Lost it All", *Sarasota Herald-Tribune* (18 mai. 2008).
32. Ibid., p. 15.
33. Shay, p. 31-32.
34. Committee on the Initial Assessment of Readjustment Needs of Military Personnel, Veterans, and their Families; Board on the Health of Selected Populations; and Institute of Medicine, *Returning Home from Iraq and Afghanistan: Assessment of Readjustment Needs of Veterans, Service Members, and Their Families* (Washington, DC: The National Academies Press, March 2013).
35. Bridget Cantrell e Chuck Dean, *Down Range to Iraq and Back* (Seattle: Word Smith Publishing, 2005), p. 65-66.
36. Bandura, *Social Foundations of Thought and Actions: A Social Cognitive Theory* (Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1986) p. 491.
37. Shay, p. 87.
38. Ibid., p. 88.
39. Ibid., p. 88.
40. Carol D. Leonnig, "Staff Sgt. Robert Bales Describes PTSD [Post-Traumatic Stress Disorder]-Like Symptoms, Lawyer Says", *Washington Post*, 28 Mar. 2012, <http://www.washingtonpost.com> (acesso em: 18 dez. 2014).
41. Gene Johnson, "Staff Sgt. Bales Defers Plea in Afghan Massacre", *USA Today Online*, 17 Jan. 2013, <http://www.usatoday.com/story/news/nation/2013/01/17/afghanistan-army-robert-bales-sanity/1841995/> (acesso em: 15 dez. 2014).
42. Anthony Hartle, *Moral Issues in Military Decision Making* (Lawrence, KS: University Press of Kansas: 2004), p. 9.
43. ADP 6-22, *Army Leadership* (Washington, DC: U.S. GPO, August 2012), p. 6.
44. Gerald Parsons, James Moore e John Wolffe, *Religion in Victoria Britain* (Manchester, UK: Manchester University Press, 1988), p. 223-224.
45. Keegan, p. 279-281.
46. Crosby, p. 133.
47. Ibid.
48. Paul Woodage, *Angels of Mercy: Two Screaming Eagle Medics in Angoville-au-Plain on D-Day* (Bayeux, France: Battle Bus Sarl, 2013), p. 77-78.
49. Ibid., p. 84-89.
50. Dave Grossman, *On Killing* (New York: Back Bay Books 1995), p. 205.
51. Ibid., p. 205.
52. Andrew Roberts, "Stalin's Army of Rapists: The Brutal War Crimes that Russia and Germany Tried to Ignore", *Mail Online News*, 24 Oct. 2008, <http://www.dailymail.co.uk/news/article-1080493/Stalins-army-rapists-The-brutal-war-crime-Russia-Germany-tried-ignore.html#ixzz2RVZ7MH8o> (acesso em: 15 dez. 2014).
53. Ibid.
54. Grossman, p. 211.
55. David Galula, *Counterinsurgency Warfare: Theory and Practice* (London, UK: Frederick A. Praeger, 1964), p. 9.
56. Najim Abed Al-Jabouri and Sterling Jensen, "The Iraqi and AQJ [Al-Qaeda in Iraq] Roles in the Sunni Awakening", *Prism* 2, no. 1 (January 2010): p. 3-4.
57. Ibid.
58. Cantrell e Dean, p. 65-66.
59. Bandura, *Social Foundations of Thought and Action: A Social Cognitive Theory*, p. 491.
60. Bandura, "Moral Disengagement in the Perpetration of Inhumanities", p. 205.
61. Ibid.